

RESENHA

Resenha do livro “A linguagem rural da Região de Major Porto, Município de Patos de Minas (MG): uma visão linguístico-ecossistêmica”

Alexandre António Timbane*

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-2061-9391>

A obra em resenha é da autoria do Professor Emérito da Universidade de Brasília, linguista, docente com longa experiência no ensino, na pesquisa e extensão em diversas universidades. Nesta obra, o professor Couto traz a linguagem e as memórias da História da região onde nasceu - Capelinha de Chumbo, hoje Major Porto. A intenção da obra no seu todo é de buscar uma análise linguístico-ecossistémico à partir da memória, lembranças e História no seu verdadeiro sentido da palavra. O livro tem uma capa dura, estampada por uma foto que mostra uma casa com paredes não rebucadas, construída de tijolos de fabrico local, uma janela de onde se vê um homem posando para a foto. O personagem na foto é o próprio autor que nos sugere comparação entre aquela foto da capa com a foto da orelha. Como não poderia faltar, o meio ambiente por fora da casa se observa um arbusto florido que embeleza o quintal da casa. O telhado deixa a ideia de que se trata de uma casa antiga. No verso da capa se observa uma fazenda, rodeada da natureza e um cerco de proteção para animais. A foto é sobreposta de um breve texto de apresentação do Professor Pere Comellas-Casanova, da Universidade de Barcelona (Catalunya). Já as orelhas, para além de apresentar a minibiografia do autor mostra uma lista de obras publicadas pelo autor. O prólogo foi escrito para professora Teresa Moure da Universidade Santiago de Compostela (Galiza). Os agradecimentos da obra mostram a interação permanente entre o autor e a população local, amigos de infância e familiares. Esta obra é dirigida para académicos e a todos aqueles que se interessam pela temática. O autor dá liberdade para que o leitor leia a parte (capítulo) que lhe interessa. Para além da introdução e conclusão, o livro apresenta 9 partes:

* Docente da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Pós-doutorando na Universidade Federal de Sergipe, Doutor em Linguística e Língua Portuguesa (2013) pela UNESP-Brasil, Mestre em Linguística e Literatura moçambicana (2009) pela Universidade Eduardo Mondlane-Moçambique. E-mail: alextimbane@gmail.com

A primeira parte: “bases teóricas”, o autor inicia desconstruindo a ideia de que a língua é um “instrumento” argumentando que ela não é “instrumento de comunicação”, mas sim a própria comunicação e o núcleo da língua são as regras interacionais. Para ilustrar, o autor apresenta extratos da fala real que ocorrem naquele contexto. Ainda neste primeiro capítulo, o livro debate os conceitos de “ecossistema social”, “mental” e natural que constituem a linguística ecossistêmica. O ecossistema linguístico Major Porto é composto pelas interações entre o território + língua + povo. Já a comunidade de fala pode ser delimitada pelo investigador, pois pode corresponder a um país, a um estado, a uma cidade, a um bairro ou povoado. Ao nosso ver, a família é tão restrita que nos direciona para individualidade, o que nos leva a entender que uma família é muito menos para ser comunidade de fala no contexto. Já nas tradições africanas (em especial os povos bantu), o conceito de família como comunidade de fala faz sentido porque família não é apenas o casal e os filhos, mas sim todos aqueles que fazem parte de um círculo de relações sociais (primo, sobrinho, esposa do sobrinho, padrinhos de casamento, de rito, charas ou ainda qualquer pessoa com o mesmo sobrenome ou mesmo qualquer um que pertence a mesma etnia) que compartilham o mesmo território ou língua. Vejamos um exemplo da realidade moçambicana: um jovem da Comunidade de Fala cicopi pode casar com uma jovem da etnia cisená. Os filhos nascidos dessas relações podem ter o cisená como língua materna, mas na verdade, os filhos não pertencem à Comunidade de Fala, mas sim, à Comunidade de Fala cicopi porque a linhagem é patrilinear e os filhos pertencem ao homem. Está claro que há comunhão sem comunicação e não há comunicação sem comunhão. O adjetivo dos conceitos de língua “cultá” e “padrão” são debatidos com o intuito de combater o preconceito linguístico e rebater-se perspectivas da sociolinguística variacionista. Todo uso linguístico da Comunidade de Fala é legítimo.

Nesta parte há um diálogo crítico entre a sociolinguística variacionista e a linguística ecossistêmica. Para nós, uma língua resulta da soma de “falares”, variedades, variantes e normas usadas por uma Comunidade de Fala. Essas variações não são feias ou erradas, mas sim diferentes. Está claro que toda a variedade /variante tem “padrão” que permite a intercompreensão entre os falantes. Abrimos parênteses para explicar que o grande problema não são os sociolinguistas variacionistas, mas sim a sociedade que elegeu e legitimou uma das normas intitulada de “norma-padrão”, exigida na formalidade. É uma norma com “autoridade” e é a ela que se refere a Constituição Federativa do Brasil (CFB) de 1988, no Art. 13º. As línguas indígenas ficaram contempladas no Art. 231º. A língua portuguesa referida no Art. 13º da CFB (1988) é, ao nosso ver, aquela variedade

obrigatória (gramática normativa) formalmente ensinada e exigida em situações formais. É com “norma-padrão” que se obtém emprego, que se redige documentos oficiais e esta questão é tão complexa que deveria ser resolvido socialmente e não é culpa dos sociolinguistas variacionistas. As definições de língua e linguagem na visão da linguística ecossistêmica (p.28) não ficaram claras porque não existe uma só forma de definir língua. Em muitos momentos é melhor perguntar o que é, o que não é língua para a Comunidade de Fala. O que pode ser língua para o povo tsonga pode não ser para o linguista, daí a importância de respeitar a Comunidade de Fala.

A segunda parte: “A comunidade de fala na Fazenda Capivarinha” retoma o conceito de Comunidade de Fala a partir da realidade da Fazenda Capivarinha. Apenas remarcar que nem sempre o diálogo é feito por duas pessoas. Em outras realidades pode-se ter diálogo entre 1 pessoa e uma entidade (deus ou antepassado). Os deuses e os antepassados estão intimamente ligados ao meio ambiente, à natureza e há uma relação respeitosa entre os “vivos”, “entidades” e natureza (plantas, montes, água, nuvens, animais, etc.). Em seguida, o livro oferece dados históricos gerais da Fazenda Capivarinha ligando a teoria dos conceitos de Território (T), População (P) e Língua (L), na prática e com exemplos extraídos da realidade da Fazenda. A interação pessoa-pessoa (comunhão, comunicação), pessoa – mundo (significação) carregam elementos do ecossistema cultural, descritos com profundidade nas p.52 e 53 seguido de comentários e breves considerações do capítulo. Na p.56, a foto do autor e da casa feita em 1974. Para nós, incluir o elemento espiritual, virtual no ecossistema cultural é fundamental, uma vez que a cultura está em interação com a comunidade e envolve esses elementos. Não tem como estudar a Comunidade de Fala descartando a visão do mundo que essa sociedade tem no seu imaginário.

A terceira parte: “Nomes de lugares: a microtoponímia na interação pessoa-pessoa e pessoa-mundo”. Esta parte inicia debatendo as diferenças entre a “toponímia” (estudo dos nomes de lugares e acidentes geográficos) e microtoponímia (refere-se a denominação de acidentes e fenômenos existentes em territórios de pequenas dimensões). Não ficou clara a qualidade ou qualidade da dimensão desse T. Somos de opinião que não precisa ser medido porque a medição nos levaria a uma comparação. Se tem “micro” pressupõe-se que haja “macro”. Seria interessante pensar como será medido se será pela dimensão do T ou pelo número de falantes (Comunidade de Fala) ou pelo número de falantes da Língua (L). Fica uma reflexão profunda, segundo a qual por qual razão Fazenda Capivarinha é considerada “Micro”. O capítulo oferece informações sobre

os nomes de serra, de córregos, de chácara, de moro, de árvores, etc. Este capítulo ainda aborda “os topônimos na interação referencial e na interação comunicativa”. O esquema da ampulheta da lexicalização (p.67) ajuda na explicação “interação comunicativa”. Neste capítulo ainda é possível identificar unidade lexicais próprias da Comunidade de Fala, vale apenas ler o livro para obter mais exemplos de topônimos resultantes das interações referencial e comunicativa. O capítulo conclui lamentando o desaparecimento de animais e plantas próprias do cerrado que desaparecem devido a ação humana. O desaparecimento de biomas faz com que algumas unidades lexicais sejam desconhecidas pelas novas gerações, como é o caso de “nosso corginho”, “arvinha”, “as cama” ou “oi d’água”.

Quarta parte: ‘Nomes de pessoas: apelidos’. Tal como acontece em todas sociedades, o nome na Fazenda é fundamental e liga o individuo da sociedade. O apelido tem a função principal na interação social. O apelido nos povos bantu, é mais importante do que “oficial”. Na Fazenda tem nomes curtos (Zé, Malu, Masé) longos (José, Maria Luiza, Maria José), alguns são escolhidos localmente outros são importados e ainda outros alguns adulterados. O apelido, segundo o autor é o nome real válido na Comunidade de Fala. Há que realçar a relevância da memória. A origem é portuguesa e indígena. O capítulo termina apresentado alguns pronomes relevantes para a identidade linguística da Fazenda Capivarinha.

A quinta parte: “Nomes de animais domésticos”. O território objeto deste estudo tem a cultura de animais domésticos alguns de estimação outros para a dieta alimentar dos membros da comunidade. A essa comunidade de animais, o autor designou por comunidade biológica ou biocenose. Cada boi/vaca, cada cachorro, cada porco tem nomes. Nas páginas 84 e 85, o autor apresenta alguns desses nomes que estão intimamente ligados a memória, aos lugares geográficos ou ainda para onomatopeias. O livro termina o capítulo salientando que os nomes se integram à cultura local tanto com a conformação geral quanto do ponto de vista cultural.

A sexta parte: “Nomes de plantas e etnomedicina”. Não é a primeira vez que o autor faz um levantamento de plantas desta região. O que ocupa maior parte do território são as plantas (árvores, arbustos e gramíneas) que chegam a 132, segundo o levantamento feito em 2005. Tempo depois o autor realizou uma outra pesquisa, já com apoio dos moradores da região e identificou 263 plantas. Os nomes dessas plantas silvestres são na grande maioria vindos das línguas indígenas. Os animais e as plantas alimentícias têm sido importantes para dieta alimentar da comunidade. Para além das

plantas alimentícias, há que realçar a existência de plantas medicinais que constituem uma verdadeira farmácia em céu aberto. Para estas comunidades não se interessa pelo nome científico (que geralmente está em latim) da planta ou insecto (p.94), mas sim pelo nome vulgar que está mais próximo da variedade local. Os significados dessas unidades lexicais estão ligados à cultura.

Na sétima parte “Comunicação humana-animal numa Fazenda de Major Porto” abora das relações entre o homem e os animais. O homem adapta alguns sons que permitem a comunicação com os animais domésticos: cachoro (tchi-tchi), gatos (pchiuí-pchiuí), galinhas (tchi-tchi), porcos (cuch-cuch), vacas (heem-heem), cavalos (co-cô) entre outros. Curiosamente há diferença dos sons dos bois e das vacas. Curiosamente, em Moçambique, não transcreveria dessa forma: cachorro(hú-hú), gatos (miau-miau), galinhas (có-có), porcos (gru-gru), vacas (mhóó-mhóó), cavalos (txiii-txiii). Isso leva-nos a concluir que a percepção dos sons dos animais e onomatopeias depende de cultura para cultura. Não significa que os moradores da Fazenda de major Porto estejam falando errado, mas sim interpretam os sons a partir da sua concepção do mundo. Os comandos para estimular, afugentar, chamar, ordem de parar e segurar, também variam e o livro apresenta essa realidade local. O capítulo procura estabelecer as relações entre o homem e os animais, assim como a importância para vida em sociedade.

O oitavo capítulo: “A memória e a existência da comunidade” apresenta os nomes ou apelidos dos habitantes e estes são criados na comunidade de fala e não na comunidade de língua. Isso acontece porque a comunidade de fala tem uma memória mais forte e é nela onde os nomes/apelidos ganham significados mais profundos. Veja-se que a memória é mental e se articula com as lembranças. O capítulo articula as reações do ecossistema integral da língua estabelecendo as relações entre a memória, a comunidade e o lugar. O autor deixa clara a ideia de que “só há comunidade (sociedade) se essas pessoas viverem por um certo tempo nesse lugar. O que desaparece da memória, segundo o autor, é uma parte do acervo linguístico-cultural da comunidade, mas que isso pode ser lembrado a depender do interesse da geração.”

A última parte: “Narrativas orais” apresenta a força da oratura nas culturas e tradições locais. As narrativas ou mininarrativas ou ainda falas cotidianas não são caóticas nem desconectadas, na opinião do autor. Elas têm significados, carregam a identidades, memórias e lembranças. Buscam o passado para compreender o presente e constituem uma fonte de inspiração. O autor caracteriza os níveis de organização das narrativas, assim como a sua função na interação e no discurso. O livro analisa essas

Alexandre A. Timbane, Resenha do livro “A linguagem rural da Região de Major Porto, Município narrativas sob o ponto de vista da análise de discurso ecossistêmica e busca compreender a relevância dessas narrativas na nas relações ecolinguísticas com o mundo que lhes envolve.

Chegado a aqui resta-nos recomendar esta importante obra que é de suma importância para compreender as relações entre a língua e o meio ambiente que envolve um determinado povo. Tudo o que envolve os habitantes da região de Major Porto não está isolado do meio ambiente. Até a sobrevivência da comunidade depende em muitos momentos do ambiente natural e das relações entre os três elementos: língua, povo e território. Sugiro vivamente para que esta obra sirva de material importante para conhecer a cultura, a vida, a língua, o povo e o território dos habitantes da região de Major Porto, Município de Patos de Minas em Minas Gerais.

Referência

COUTO, Hildo Honório do. **A linguagem rural da região de Major Porto, Município de Patos de Minas (MG): uma visão linguístico-ecossistema**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021. 179p. ISBN: 978-65-5637-151-1.



Recebido em: 21/06/2022

Aceito em: 12/09/2022

Para citar este texto (ABNT): TIMBANE, Alexandre António. Resenha do livro “A linguagem rural da Região de Major Porto, Município de Patos de Minas (MG): uma visão linguístico-ecossistêmica”. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol. 2, nº 2, p. 242-249, jul./dez. 2022.

Para citar este texto (APA): Timbane, Alexandre António. (jul./dez.2022). Resenha do livro “A linguagem rural da Região de Major Porto, Município de Patos de Minas (MG): uma visão linguístico-ecossistêmica”. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 2 (2): 242-249.

